



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



EVOLUÇÃO POLÍTICA

A RESILIÊNCIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA



Jairo Nicolau

Cientista político, é professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas (FGV), e pesquisador do CNPq. É autor, entre outros, dos livros "As eleições no Brasil: do Império aos dias atuais (2012)", "Representantes de quem? (2017)" e "O Brasil dobrou à direita (2021)"

Chamo atenção para três aspectos que me parecem relevantes sobre a evolução política brasileira. O primeiro, um certo complexo de inferioridade institucional que nós, estudiosos no Brasil, temos. Achamos que nossa evolução política é muito diferente e discrepante de outros países, mas todas as experiências que tivemos ao longo desses 200 anos nos aproximam, grosso modo, de três modelos: os regimes oligárquicos, como a monarquia constitucional do Segundo Reinado e o arranjo institucional da Primeira República; os regimes fechados, como o Estado Novo e a ditadura de 1964; e as experiências democráticas, como a República de 1946 e a que vivemos a partir de 1985, consolidada com a Carta de 1988.

Esse zigue-zague institucional não é muito diferente do que existe em outras democracias. Tirando o caso exemplar do processo de democratização do Reino Unido, todos os outros países viveram experiências mais ou menos desse tipo. Foram regimes oligárquicos, regimes fechados e tentativas de democratização. Ao olhar a experiência do Brasil, percebe-se que nosso processo político não é tão singular. Esse é o primeiro aspecto para o qual chamo atenção.

O Brasil tem uma história eleitoral riquíssima. Temos praticamente 200 anos de vida eleitoral, com eleições desde antes de o país se tornar independente.

O segundo aspecto tem a ver com a questão da democracia no pós-guerra. Só podemos falar de democracia moderna, no sentido que usamos hoje, a partir de 1945. Foi então que se verificou a conjunção de liberdades públicas, o respeito aos direitos individuais, a incorporação eleitoral de homens e mulheres no processo de votação e a participação dos trabalhadores por intermédio dos seus partidos. Essa configuração, como se considera as democracias

modernas, passou a existir a partir de 1945. Portugal, por exemplo, teve um regime autoritário mais longo do que o nosso, mas tem uma democracia um pouco mais longa do que a nossa. Faz pouquíssimo tempo que os portugueses celebraram o fato de estarem vivendo mais dias sob o regime democrático do que sob regimes autoritários.

Nesse sentido, olhando a história brasileira, de 1945 para cá, vivemos, mais ou menos, 70% do tempo em democracias: a República de 1946 e o nosso período atual. Não é marca desprezível, ainda que a experiência do período 1946-64 tenha alguns limites. Durante a República de 1946, o Partido Comunista pôde disputar eleições por um período efêmero, já que teve o registro cassado em 1947, e os analfabetos não tinham direito de voto (o que viria acontecer somente em 1985). Segundo o Censo de 1950, a taxa de analfabetismo da população era de 48%, o que significa que, quando proibíamos o analfabeto de voltar, estávamos excluindo, mais ou menos, metade do eleitorado potencial. Não era uma democracia de massa como viemos a conhecer a partir de 1985.

A Constituição de 1891 vigorou durante 39 anos, com conflitos sociais gravíssimos, como a Guerra de Canudos e o estado de sítio (*decretado em 1922 pelo então presidente Arthur Bernardes*), mas com um número

expressivo de presidentes eleitos substituindo os anteriores. A nossa Carta atual já está completando 34 anos. Na Primeira República, tivemos 10 eleições diretas. Nesse ano, estamos caminhando para a nona eleição presidencial pós-redemocratização, nos aproximando do número da primeira Constituição Republicana. Aos *trancos e barrancos*, vamos mostrando a vitalidade da democracia brasileira – o que não quer dizer que não temos problemas.

O terceiro aspecto que saliento: o Brasil tem uma história eleitoral riquíssima. Temos praticamente 200 anos de vida eleitoral, com eleições desde antes de o país se tornar independente. No Brasil Colônia, as câmaras municipais eram eleitas por um pequeno grupo de cidadãos, mas as eleições precedem a existência do país independente. Em 2024, vamos completar 200 anos de eleições para a Câmara dos Deputados e o país teve eleições praticamente o tempo todo, com exceção do período do Estado Novo.

Pensar a evolução política do Brasil é ver as eleições como um processo constitutivo da história política nacional. No Império, a eleição tinha uma configuração muito diferente do que tem hoje, mas não devemos perder de vista que evolução política só pode ser compreendida na perspectiva da existência dessas eleições e do Congresso. O Brasil criou e tem um dos sistemas mais eficientes

de disputa, recolhimento e contagem do voto, de maneira limpa, sem fraudes expressivas, em um território com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e um eleitorado próximo de 150 milhões de eleitores. Não é pouca coisa. Somos a quarta democracia do planeta, perdendo em população somente para os Estados Unidos, a Índia e a Indonésia. Organizar eleições em um país dessa magnitude é uma tarefa gigantesca, que estamos repetindo a cada dois anos.

Talvez, até por um certo hábito nosso, costumamos pensar o sistema político brasileiro pelo que falta, pelo que está errado, pelo que não funciona, e deixamos de considerar perspectivas de mais longo prazo. Às vezes, sou considerado otimista, porque acho que há aspectos que precisam ser salientados positivamente na história política brasileira. Faço questão de chamar a atenção para avanços de uma história política e de uma democracia que teve altos e baixos.

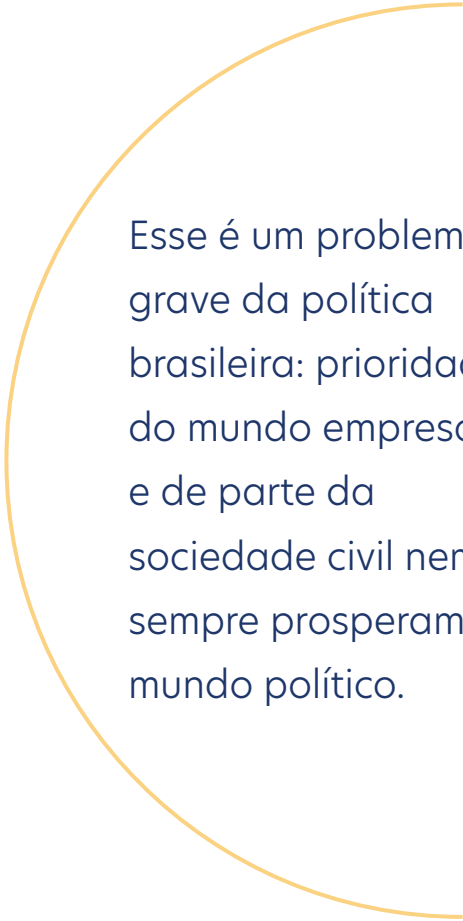
A POLÍTICA E A “PEQUENA POLÍTICA”

A partir da Carta de 1988, a democracia brasileira passou bem por alguns testes de carga. Nos meus tempos de criança, ouvia a história de que, na Índia, ao fazer uma ponte, passavam

elefantes sobre ela para testar se resistia ao movimento dos carros e das pessoas. Acho que “alguns elefantes” passaram pela democracia brasileira. Chamo atenção para um desses testes de carga: a vitória do PT, em 2002. Olhando em retrospectiva, parece que foi uma coisa banal, mas não foi. Um dos maiores partidos de esquerda do mundo ganha uma eleição em um país de dimensões continentais, em termos de área e de população. Duas décadas depois, temos um governo de extrema-direita no poder.

Os dois casos despertaram compreensíveis preocupações, sobretudo entre pessoas com mais alto grau de informação, mas a democracia resistiu, e está resistindo bem, pelo menos até aqui. Um ponto negativo a se destacar é que, a cada quatro anos, durante a campanha presidencial, o Brasil tem a oportunidade de discutir seus grandes temas. Os candidatos à Presidência da República e os partidos deveriam formular ideias para o país, mas isso não ocorre. Há pelo menos duas décadas, por exemplo, ouço dizer que um dos principais problemas do país é o chamado “Custo Brasil”. Entretanto, em nenhum programa dos mais de 30 partidos que têm registro definitivo encontramos algum tipo de proposta consistente sobre o assunto.

Esse é um problema grave da política brasileira: prioridades do mundo empresarial e de parte da sociedade civil nem sempre prosperam no



Esse é um problema grave da política brasileira: prioridades do mundo empresarial e de parte da sociedade civil nem sempre prosperam no mundo político.

mundo político. Há um problema de diálogo entre esses dois mundos que não está sendo bem resolvido. Isso ocorre, em parte, porque, desde 1945, adotamos um sistema eleitoral em que os deputados têm muitos incentivos para cultivar relação com sua localidade e serem intermediários na relação entre municípios e Brasília, mas não têm incentivos para incorporar temas nacionais. A atividade deles é basicamente vinculada a bases eleitorais locais, contaminadas com a dimensão estadual da *pequena política* parlamentar.

A HISTÓRIA E O MOMENTO POLÍTICO

*Essa visão de **Jairo Nicolau** sobre a política no Brasil de ontem, de hoje e de amanhã passa confiança decorrente da retrospectiva histórica dos 200 anos passados e esperança na perspectiva dos anos que se seguirão, uma vez que o país tem história e instituições resilientes. Para ele, cada eleição é um fenômeno de crise passageira, se levarmos em conta a evolução política do Brasil.*

O cientista político destaca o fato de que, desde meados da década de 1940, o Brasil viveu cerca de 70% do tempo sob o regime democrático – contabilizando a República de 1946 e o período atual, pós-redemocratização ocorrida há quase quatro décadas. É uma marca respeitável, a despeito das limitações inerentes ao nosso regime democrático. O que precisa ser feito é continuarmos aprimorando a maneira de conquistar votos, a organização partidária, o financiamento de campanhas, os sistemas eleitorais e a organização congressional.

Nesse sentido, pelo menos sete cuidados serão necessários para consolidarmos a democracia ao longo das primeiras décadas do terceiro centenário: profissionalizar e despolitizar as Forças Armadas; consolidar e dar agilidade ao sistema judiciário; conquistar credibilidade para os partidos, o Congresso e os políticos; eliminar a corrupção no comportamento dos políticos e na definição das prioridades da política; fortalecer a educação de base de toda a população; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais e pessoais, na renda e no acesso aos serviços sociais; e lidar com o poder da manipulação das fake news.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA